



## **Rádio e mundo do trabalho: greve e discurso radiojornalístico em Fortaleza<sup>1</sup>**

Nonato LIMA<sup>2</sup>

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

### **Resumo**

Análise da notícia radiofônica e os efeitos de neutralidade e objetividade sob a perspectiva da Análise do discurso. São discutidas as estratégias enunciativas do radiojornalismo, principalmente as marcas de discurso relatado e polifonia, muito presentes no texto informativo. Referidas estratégias denunciam um embate político-discursivo no rádio e na sociedade. As notícias analisadas tratam de greves de trabalhadores e foram veiculadas em emissora de rádio AM de Fortaleza. Conclui-se que o radiojornalismo, ao mesmo tempo em que noticia, realiza movimentos ideológicos de adesão ou distanciamento em relação aos fatos noticiados, ainda que busque projetar-se socialmente como lugar de mediação dos conflitos sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Radiojornalismo; Greve; Discurso Relatado; Polifonia.

### **Introdução**

Os meios de comunicação de massa (MCM), jornal, televisão, rádio são socialmente aceitos como instituições autorizadas a falar sobre os fatos do dia-a-dia, enunciar e anunciar a realidade. E o fazem segundo a ética liberal, com legitimidade e credibilidade, visto que constroem seus discursos sustentando-se no ideal de objetividade/imparcialidade diante dos fatos e dos conflitos próprios das relações de classe, na sociedade. Os MCM assumem, portanto, uma posição aparentemente mediadora, daí adotarem uma distinção de gêneros jornalísticos que sugerem diferenças nítidas entre um relato de um fato (a notícia), a opinião sobre o fato (editorial, artigo, comentário), a interpretação (reportagem) e o amplo relato com base num esforço de apuração das diversas versões dos fatos, conseqüências etc. (matéria interpretativa, normalmente reportagem).

Neste trabalho parte-se do pressuposto de que a objetividade/imparcialidade é uma estratégia discursiva, política e ideológica (Anjos, 1997). Pretende-se analisar como se constroem, no discurso noticioso radiofônico, as relações de conflito que

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestre em Linguística, jornalista, professor do Curso de Jornalismo do ICA-UUFC, email: nonatolima@uol.com.br.



historicamente ocorrem na sociedade, envolvendo trabalhadores e empresários, ou capital e trabalho. Este conflito reveste-se, atualmente, de uma complexidade bem mais acentuada, por conta das mudanças no mundo do trabalho, com a desvalorização da força de trabalho, como uma consequência da introdução de avançadas tecnologias no sistema produtivo, ou seja, a reestruturação produtiva e todo um conjunto de aspectos sociais, econômicos, culturais e ideológicos. Esta temática, tratada por variados campos de atuação científica, será abordada, aqui, sob a perspectiva da Análise do Discurso. Interessam-nos as relações de produção e o conflito de classes, no que toca à sua materialidade lingüístico-discursiva, num gênero específico, a notícia radiofônica, idealizada como neutra, objetiva e imparcial, no âmbito da instituição jornalística.

A objetividade/imparcialidade jornalística pressupõe uma linguagem transparente, capaz de transmitir informações, como uma espécie de espelho a refletir a realidade.

Na tessitura de tal paradigma está uma concepção de língua-código e um conceito de jornalismo com lugares fixos de comunicação, onde um emissor usa um código para enviar uma mensagem a um receptor, de quem se exige apenas prévio conhecimento do mesmo código para que possa entender o que se queira informar. É uma visão formalista, de inspiração liberal-positivista que sugere a manutenção de uma espécie de acordo tácito entre empresas, empregados e um público presumível. Funciona como uma estratégia legitimadora da instituição midiática, na conjuntura social, resguardando-a de ataques ou retaliações e garantindo apoio financeiro e lucros. Aos jornalistas e radialistas esse pacto assegura a permanência no trabalho, dentro de certos limites, e reconhecimento profissional. Já o público desfruta da oferta de informações sobre fatos, informações e opiniões aos quais não teria acesso diretamente (Traquina, 1999).

Embora a crença no jornalismo objetivo não tenha mais respaldo científico, se é que já o teve efetivamente, ainda são poucos os estudos direcionados para compreensão do jornalismo como uma *prática discursiva*, forma de ação social, onde se articulam duas faces: o social e o textual (Maingueneau, 1997). Essa visão discursiva contribui para uma ruptura com o reducionismo presente em certas análises que tratam isoladamente os produtos jornalísticos e seus processos produtivos. Na verdade, quando se trata de discurso, produto e processo são faces de uma mesma moeda, com características específicas, porém, inseparáveis, conforme procura-se demonstrar nesse estudo sobre a notícia radiofônica no seu contexto sócio-histórico.

## **1 O radiojornalismo**

Sabe-se que, dos primórdios da imprensa à comunicação de massa da atualidade, há um ponto em comum a ser ressaltado: o controle político-econômico



dos meios de comunicação, como forma de privilégio de apenas uma parte minoritária da sociedade, aquela que detém o poder político e econômico e se mantém professando os seus ideais.

O radiojornalismo insere-se neste contexto, que, segundo o ponto de vista liberal, tem a possibilidade de manter imparcialidade e equilíbrio em relação às forças sociais e políticas em conflito, narrando os fatos à distância e respeitando o direito à liberdade de expressão.

No entanto, existem vínculos fortes, até hierárquicos, entre os meios de comunicação e os poderes do estado. Se isso ocorre com os meios de comunicação em geral, mais acentuada ainda é a relação de controle e dependência do rádio, instituído em todo o mundo como serviço público de controle estatal, explorado diretamente ou mediante concessão a empresas privadas e instituições públicas estatais ou não estatais, conforme determinações legais, políticas e mercadológicas de cada país e convenções internacionais. No Brasil, o sistema é misto, embora predomine a exploração comercial privada.

Desse modo, os programas desses meios são marcados por relações histórico-sociais diversas e por interesses político-ideológicos e econômicos conflitantes. As rádios não são neutras, como se dizem, mas instâncias que falam da realidade ao mesmo tempo em que também constroem a realidade, agem e não apenas servem de trânsito para informações.

Tradicionalmente, o campo jornalístico atribui somente à notícia a classificação de *texto puramente informativo*, ficando os demais gêneros, explícita ou implicitamente, associados à opinião, interpretação ou investigação. No rádio, em geral, principalmente em AM (Amplitude Modulada) a área jornalística mantém programas onde se manifestam opiniões claras sobre temas da atualidade, como os *debates* e *entrevistas* e o formato de *jornal radiofônico*, por onde são veiculados textos classificados como notícias, portanto submetidos aos padrões convencionais de um texto informativo.

A notícia radiofônica é tipologicamente classificada segundo Prado (1989), em três níveis: *notícia estrita*, texto curto, puramente informativo; *notícia com citação de voz*, consiste numa composição de um texto próprio do jornalista somado a um fragmento gravado de uma entrevista editada, podendo ser uma opinião ou uma informação; *notícia com entrevista*, consiste em elaborar um texto noticioso seguido de uma entrevista curta sobre o tema, onde se mantém a interação entre o locutor e um entrevistado. A notícia radiofônica é um texto escrito para ser falado, daí exigir-se ordem direta, seleção dos fatos considerados mais importantes, uma retórica voltada para a função referencial, além de outras restrições lexicais e gramaticais, justificadas pela necessidade de adaptação às propriedades do rádio, dentre as quais se destacam: a instantaneidade, oralidade, apelo ao imaginário, atualidade, imediatismo e capacidade de atingir um vasto público.

É esse o texto que interessa estudar, aqui, não segundo o paradigma técnico-jornalístico - embora tal ponto de vista seja importante nos limites de determinados objetivos - mas a partir de uma base teórica enunciativo-discursiva, que concebe a



linguagem como lugar de conflito/diálogo, interação e constituição dos sentidos e dos sujeitos, argumentação e polifonia.

## 2 O discurso relatado e polifonia

Os textos a serem analisados são de um noticiário diário de uma rádio AM de Fortaleza, explorada comercialmente, e uma das mais ouvidas. Conforme os objetivos da pesquisa, analisamos notícias que tratam de temas ligados ao mundo do trabalho e, em seguida, optamos por compor *o corpus*<sup>3</sup> com as matérias veiculadas sobre greve, pelo fato de esta constituir, segundo Oliveira (1995) o momento de maior acirramento das relações de produção capitalistas, quando o trabalhador subverte a ordem de produção. Além disso, a greve é também um momento crítico para as empresas de comunicação, pois se colocam diante do desafio de preservarem seus interesses e atenderem adequadamente às exigências sociais pelo direito a informação, como comprovam pesquisas de Abreu (1997), Abramowicz (1985), Ghilardi (1992), Sá (1994), dentre outros.

As estratégias políticas adotadas pelas emissoras diante de qualquer greve dependem de fatores econômicos, conjuntura política, repercussão social da greve e interesses empresariais vários. Em razão disso é que analisamos enunciados sobre greves numa emissora de rádio, buscando compreender como o conflito político-ideológico se materializa no discurso noticioso, observando-se o jogo de vozes que interagem no processo que é polifônico, dialógico, argumentativo, portanto, marcado também pela subjetividade, contrariamente ao que sugerem manuais de jornalismo que ainda professam a crença numa suposta objetividade/imparcialidade.

As notícias seriam, segundo a mídia, imparcialmente apresentadas e caberia ao ouvinte/leitor apenas receber as informações transmitidas e tirar suas próprias conclusões.

Conforme o ponto de vista a partir do qual analisamos a notícia radiofônica, as estratégias lingüístico-discursivas do discurso relatado, entendidas segundo as propostas teóricas de Bakhtin (1992, 1997) e Authier-Revuz (1998) possibilitam a análise das relações que os sujeitos constituídos discursivamente estabelecem no território da linguagem e denunciam as diversas posições que assumem diante dos fatos sociais.

## 3. Radiojornalismo e polifonia

A polifonia pressupõe a presença de vozes distintas num mesmo enunciado, tornando o discurso inevitavelmente heterogêneo. Uma das formas de construção dessa heterogeneidade é o *discurso citado*, fenômeno que possibilita a *compreensão* de um discurso no seu caráter polifônico, tendo em vista que, segundo Bakhtin, *O discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao*

---

<sup>3</sup> Os exemplos, aqui analisados, integram o corpus da Dissertação de Mestrado defendida pelo autor em agosto de 2002, no Programa de Pós-Graduação em Lingüística da UFC.

*mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação.* (1992: 144).

Aceitar esta posição implica propor que o radiojornalismo, ainda que expresso pelo gênero notícia, faz algo mais que anunciar fatos: põe em relação diferentes vozes num mesmo enunciado. Mantém um diálogo entre o próprio discurso e outros discursos, entre a própria enunciação e outras a que se refere para informar, é verdade, mas ao mesmo tempo para analisar, comentar, propor interpretações, porque na interação verbal, não há sentido prévio e consolidado, é nela mesma que os sujeitos constroem sentidos.

O fenômeno do discurso relatado ou citado é bem mais abrangente e complexo do que normalmente parece, se compreendido a partir de uma abordagem enunciativo-discursiva. Aliás, é importante lembrar que Bakhtin (1992) deixava bem clara sua posição contrária a qualquer análise que vinculasse discurso direto e indireto a uma mera transformação de ordem gramatical.

Authier-Revuz (1998) vai nessa mesma direção. Critica o que chama *as insuficiências da vulgata*<sup>4</sup> (p.133) e diz que a descrição tradicional do discurso relatado é parcial e empobrecedora. A parcialidade alegada fundamenta-se no tratamento do discurso direto, indireto e direto livre, ignorando-se o discurso direto livre e a modalização em discurso segundo.

As descrições tradicionais assumem, segundo a autora, caráter empobrecedor quando inventariam as formas de discurso relatado, sem relacioná-las à *heterogeneidade mostrada*, e à sua necessária relação com a *heterogeneidade constitutiva* profunda, que é a inevitável presença de “outros lugares”, do “já dito”<sup>5</sup> dos outros discursos ressoando no *discurso direto, indireto, direto livre, indireto livre e modalização em discurso segundo*.

A autora constrói sua crítica apoiando-se no *dialogismo*: todo discurso se faz a partir de outros discursos, visto que todo enunciado se constrói a partir de outros enunciados já produzidos, *já ditos*, e no conceito de *interdiscurso* que consiste em considerar que todo discurso se constitui a partir de outros discursos (Authier-Revuz, 1998: 135). Em resumo, a autora mostra que o discurso direto (DD) não é de sintaxe simples e semântico-discursivamente fiel e objetivo; o discurso indireto (DI) não é subordinado ao DD, com regras de transformação de tempo e pessoa; o discurso indireto livre (DIL) não é uma mistura de DI e DD.

Visto nessas dimensões, o discurso relatado apresenta-se não somente como uma maneira de apresentação de outros discursos e de referência a outras enunciações, mas, sobretudo, como um rico fenômeno lingüístico-discursivo de manifestação da polifonia, de especial interesse neste estudo.

Particularmente em relação ao radiojornalismo, o discurso relatado contribui para a compreensão do jogo de vozes interagindo nos enunciados, permitindo

<sup>4</sup> Grifo de Authier-Revuz.

<sup>5</sup> Grifo de Authier-Revuz.

perceber a relação do locutor com o próprio discurso, com discursos citados e com outros locutores e enunciações às quais se refere. Assumindo responsabilidades pelos enunciados ou distribuindo-as, mobilizando vozes ou silenciando-as, o discurso relatado caracteriza-se pela ruptura da unicidade do sujeito, que passa a ser entendido como constituído discursivamente, conforme veremos na a seguir.

#### 4 O discurso da notícia radiofônica

Como demonstram os vários estudos sobre o discurso relatado, esse processo dialógico apoia-se em dois mecanismos básicos do funcionamento lingüístico: *uso e menção*. Authier-Revuz (1998) lembra que o *uso* caracteriza-se pelo recurso à língua para falar de referentes do mundo, enquanto a *menção* ocorre quando mobilizamos um signo ou um conjunto articulado de signos para falarmos de signos, ou seja, a palavra se referindo à palavra. E explica que no discurso indireto, o enunciador usa as próprias palavras para relatar e reformular um ato de enunciação, enquanto no discurso direto, o enunciador também usa as próprias palavras, mas para descrever a situação de enunciação, através de um sintagma introdutor que se segue da *menção* às palavras da mensagem<sup>6</sup> que relata. De modo que, o discurso indireto classifica-se como *uso (modo-padrão)* e o discurso direto, como *menção (modo-autônomo)*<sup>7</sup>.

O mais importante desta discussão é que a autora revê a concepção de discurso relatado, descrevendo as características das várias formas, criticando idéias como as supostas relações de derivação gramatical entre discurso direto e indireto e, sobretudo, situando-se num plano enunciativo-discursivo.

Neste contexto é que se estrutura o conceito de *modalização em discurso segundo*, cuja ocorrência é mais comum do que se imagina em jornalismo, daí fazer parte da base teórica sobre a qual vamos realizar a análise do discurso noticioso radiofônico. Para introduzirmos a discussão sobre este conceito, apresentaremos agora um exemplo paradigmático, comentado por Authier-Revuz (1998:135): *João fez, segundo Maria, um longo passeio*.

Neste caso, o enunciador afirma o fato de João ter feito um longo passeio, mas não assume a responsabilidade pela afirmação. Ao construir o enunciado, o enunciador marcou a condição de dependência em relação a um outro enunciador: *Maria*. Isto é o que vai se chamar modalização em discurso segundo, manobra discursiva que implica repercussão decisiva na construção dos sentidos do enunciado e nas próprias relações verbo-sociais.

---

<sup>6</sup> O termo mensagem que faz parte da proposta de discurso relatado de Authier-Revuz sugere uma perspectiva vinculada ao esquema tradicional da comunicação, que é insuficiente para a perspectiva teórica dialógica que aqui adotamos. Mensagem parece algo completo, acabado e, até parece destoar da linha teórica da autora, quando fala em relatos de discursos “sonhados”, “imaginados”...

<sup>7</sup> Modo-padrão: DI: *Talvez João lhe diga para ficar*. No modo autônomo fica DD: *Talvez João lhe diga: “Não vá.”* O sintagma introdutor é modo-padrão e a parte entre aspas é modo autônomo. Resumo de comentário de Authier-Revuz (1998:139).



Authier-Revuz define, pois, a *modalização em discurso segundo*, como *ato enunciativo* em que um enunciado se coloca como dependente de um outro discurso, isto é, *modaliza-se* através da referência a esse outro discurso.

Maingueneau (2001) incorpora este conceito a seus estudos sobre o discurso relatado e aplica-o a textos jornalísticos. Com isso, revela dois aspectos que fazem parte das estratégias de ação discursiva da mídia em geral e que ganham relevância para análise da notícia, em particular, cuja qualidade mais ressaltada é a pretensão de ser apenas informativa. O autor chama atenção para a possibilidade de o enunciador atuar com discrição e simplicidade no processo de distanciamento em relação ao que noticia, resultando disso que o sujeito sugere ser de um outro a responsabilidade pelo que é dito. E, ao se eximir da responsabilidade, o enunciador reforça o efeito de objetividade/imparcialidade por sugerir que seu discurso é apenas um lugar de fala de um outro, quando, na verdade, é o próprio enunciador quem constrói a fala, dispondo dos recursos semântico-lingüístico-pragmáticos.

## 5 Notícia e estratégias discursivas

O radiojornalismo tem por objetivo construir para os ouvintes um relato da história da sociedade em movimento quotidianamente. A seleção do que vai ou não vai ser notícia a cada momento da programação é submetido a uma série de critérios, não somente técnico-jornalísticos, mas sócio-políticos, econômicos e ideológicos.

É uma equipe profissional de comunicação que seleciona, prepara as matérias e define os gêneros e formatos, mas tendo como referencial a política editorial da emissora e uma noção permanente do que seja de interesse do público. Esta é a base sobre a qual se sustenta a produção de uma matéria jornalística, definindo se será uma notícia de oito linhas, uma grande reportagem, o tema de um editorial da emissora ou se será simplesmente silenciada.

Na prática, a idéia de que se decide segundo o interesse do ouvinte leva a uma sensação de que a imparcialidade está sendo praticada, já que a seleção de ordem semântica dos fatos é vista como uma escolha dos ouvintes (Melo, 2000)<sup>8</sup>, ou partilhada com eles. Os próprios manuais de radiojornalismo costumam recomendar que sempre seja colocado o ouvinte em primeiro lugar (Porchat, 1986, Parada, 2000, Mcleish, 1999), embora reconheçam indiretamente, através de normas disciplinares e interdições, que os interesses da empresa influem e quase sempre decidem.

A modalização em discurso segundo (MDS), conforme o conceito formulado por Authier-Revuz (1998), caso seja entendida apenas a partir do objeto da enunciação relatadora e do seu locutor responsável, é plenamente aceitável como discurso indireto ou direto, visto que o locutor responsável pela enunciação parece ceder a palavra a um

---

<sup>8</sup> A autora trata do jornalismo impresso, mas é uma observação válida também para o radiojornalismo.

Neste caso muda o mídiun, mas segue-se a conceituação geral do jornalismo.

outro de uma enunciação anterior. A própria estrutura gramatical contribui para que se estabeleça tal interpretação.

No entanto, se considerarmos a modalização sofrida pelo enunciado relator, numa perspectiva discursiva, o que ocorre é a modalização em discurso segundo. O locutor simula ceder um aparte a um interlocutor de uma outra enunciação, ou seja, refere-se a outro discurso, embora continue com a palavra, agora, partilhando responsabilidades. É uma forma sutil e discreta, diz Maingueneau (2001) de o locutor indicar que se responsabiliza pelo enunciado mas não pelo ato afirmativo deste.

No radiojornalismo essa é uma estratégia usual, sendo a segunda em número de ocorrências no corpus em análise. O locutor-jornalista normalmente elabora seus enunciados em discurso narrativizado, assumindo informações quando não há alguma polêmica em torno dos temas tratados. Diante de conflitos, opta por atribuir as informações a outros locutores, recorrendo a uma das formas de discurso relatado. Para avaliar resultados de uma campanha salarial, por exemplo, o locutor de prefere incluir uma outra voz, vinculada a um dirigente máximo da entidade sindical: *Segundo o Sindicato dos Bancários*, enquanto os funcionários de bancos privados conseguiram reajuste salarial e manutenção dos direitos trabalhistas, o mesmo não aconteceu nos bancos federais.

Vimos que o enunciado se refere a uma outra enunciação atribuída a um sujeito enunciadador coletivo, *O Sindicato dos Bancários*, que faz uma avaliação dos resultados da campanha salarial. Mas aqui é o locutor-jornalista quem fala, modalizando o próprio enunciado mediante a inclusão de um morfema indicador, *Segundo X*.

Numa outra situação enunciativa, em que vai falar de um movimento inédito na história do País, uma greve de juizes federais, trabalhadores que exercem um poder com atribuição de julgar os demais poderes, o locutor argumenta, recorrendo a uma das estratégias mais recomendadas pelos diversos manuais de radiojornalismo, a utilização de dados. Os dados contribuem para construção de efeitos de sentidos de verdade, comprovação de fatos, aparência de informações incontestáveis. A seguir, vemos que até mesmo uma referência à exaustividade das discussões argumenta no sentido da seriedade dos envolvidos na decisão em favor da greve:

“Em decisão tomada após *assembléia*, que só terminou na noite de ontem, os juizes federais decidiram pelo indicativo de greve. Por 158 votos a favor e 58 contra, ficou acertada a deflagração da greve até o final do ano, se não houver negociação acerca do reajuste salarial da categoria, que reivindica teto de 12 mil e 720 reais. De acordo com a decisão da Assembléia, durante Encontro Nacional de Juizes Federais, não está descartada uma negociação”.

Verifica-se, num primeiro momento, o locutor assumindo o dizer e o dito, mas se cercando dos cuidados recomendáveis pelas rotinas de produção dos fatos jornalísticos, fazendo tudo para evitar erros, porque estes devem ser evitados. É imperativo no campo do jornalismo prevenir-se contra os riscos oferecidos pelo imprevisível. (Fausto Neto, 1995). Na segunda parte do enunciado acima, para reafirmar a idéia de condicionar a

greve à ausência de negociação, o locutor modaliza seu discurso, nos termos da (MDS) apoiando-se em um outro: De acordo com a decisão da Assembléia Geral (...), numa referência à instância máxima dos trabalhadores para a tomada de decisões coletivas de maior relevância político-econômica. O locutor fala, mas deixa claro que são os juizes que garantem o propósito de negociação ao qual se refere. Observando bem, a notícia constrói uma argumentação em que enuncia a decisão por uma greve, mas insiste mesmo é na possibilidade de negociação: (...) se não houver negociação (...); (...) não está descartada uma negociação.

A insistência na idéia de negociação, não é à toa. Trata-se de um diálogo encenado no enunciado, referindo-se a uma notícia veiculada pelo próprio noticiário da emissora no dia anterior em que o Presidente do Supremo Tribunal Federal (...) descarta a possibilidade de greve(...) confrontando-se com a posição assumida pelo Presidente da Associação dos Juizes Federais, na mesma edição que defende a greve em razão da suspensão das negociações... Negociações estas que o Presidente do STF desconheceria: (...) disse ainda que não foi consultado sobre o projeto de reforma(...).

Diante da complexidade do conflito, pode-se perceber as razões que levaram o locutor responsável pelo enunciado a adotar uma estratégia de distanciamento: um diz que não vai haver greve, sabe de negociações, enquanto o outro defende e consegue aprovação da greve, afirma a existência de negociações suspensas, condicionando a não ocorrência da greve a reabertura de negociações.

Agindo cautelosamente, o locutor-jornalista garante, na parte que lhe cabe, o pacto sócio-político ideológico, associado ao mito da objetividade/imparcialidade, em que os direitos e os deveres de cada parte são respeitados, visto que todos os envolvidos aceitam as estratégias adotadas como válidas, ainda que disso não resulte no surgimento de profissional de comunicação observador de fora e distante do cenário histórico-social-ideológico dos sujeitos sociais em ação, como supõem os postulados técnico-operacionais jornalísticos.

Até o momento, discutimos casos em que a MDS funciona como garantia de partilha de fala, assegurada pela referência de um enunciado a um outro discurso. De agora em diante, ao invés de dividir o discurso com outro locutor pessoa no mundo com a propriedade de falar, o locutor-jornalista dá voz a objetos em seu discurso, endossando o que está sendo dito através de processos metafóricos em que lugares e objetos falam, assumindo uma enunciação cujo locutor fonte<sup>9</sup>, por alguma razão não explicitada, também fala mantendo-se distanciando do que diz. Pode ser o caso de um perito, cuja palavra tem muito mais força, se atribuída a um sujeito constituído num enunciado como uma autoridade em determinado conhecimento técnico ou científico, ainda mais numa questão polêmica como o relatado a seguir: Um ônibus da empresa Via Urbana de placa HVR 0676 foi incendiado. *De acordo com o laudo pericial*, uma bomba caseira do tipo coquetel molotov foi utilizada para destruir o veículo.

A possível causa da queima do ônibus, atestada por um documento oficial, dá ao enunciado um tom de verdade incontestável. No entanto, essa “verdade” se refere, pelo menos no que está diretamente dito, à causa, mas não a autoria, que é implicitamente

---

<sup>9</sup> Fonte no sentido jornalístico, aquele que dá uma informação à mídia.

atribuída aos trabalhadores em greve neste outro trecho da mesma notícia: **O Sindiônibus vai responsabilizar** o Sindicato dos Motoristas pelo acontecido. O juiz da sexta vara cível, Carlos Alberto Sales, fez um levantamento de todos os prejuízos causados durante a greve. *Pelo ônibus incendiado o sindicato vai pagar 50 mil reais.*

O locutor que se valeu de um documento oficial para apontar a causa do incêndio, construindo um efeito de verdade dos fatos narrados, prossegue com a matéria falando sobre a autoria, aspecto que não tratou, explicitamente, quando se referiu ao laudo pericial. No entanto, foi sugerida uma vinculação dos motoristas ao atentado quando o locutor em associa este fato a uma análise das conseqüências negativas da greve: Mais um dia de *muito sufoco* para o fortalezense. *Longas filas e muita espera* nas paradas de ônibus e nos terminais. *Um ônibus (...) foi incendiado.*

Agora, o locutor afirma com suas próprias palavras, sem qualquer sinal de distanciamento, que a entidade patronal vai responsabilizar o sindicato dos trabalhadores em greve. Porém, não se trata de uma manobra de pura adesão ao que teria dito algum dirigente do Sindiônibus, nem um julgamento apressado pelo contexto histórico e pelas características do suposto crime. O jornalista acrescenta o que já seria uma sentença (?), mandado (?) de uma autoridade judiciária que teria atribuído senão a autoria, mas a responsabilidade pela queima do ônibus ao comando da greve: O juiz (...) fez um levantamento de todos os prejuízos causados durante a greve. *Pelo ônibus incendiado o sindicato [dos motoristas] vai pagar 50 mil reais.*

Num primeiro movimento discursivo, o locutor recorre ao laudo, parecendo manter-se distanciado, observador, mas em seguida, toma posição fazendo coro com a voz da Justiça, ainda que simule distanciamento, respaldando-se e acreditando num levantamento oriundo do Poder Judiciário, a ponto de garantir: (...) o sindicato vai pagar (...). Antecipa uma decisão que desconsidera o próprio ritual judiciário, onde sentenças e mandados são “exarados” e “revogados” a toda hora, porque ninguém pode ser condenado sem julgamento. Neste caso, dificilmente seria diferente.

### **Considerações finais**

As notícias analisadas evidenciam um movimento de vozes dialogando em cada texto, num processo que adquire características complexas e diferenciadas, conforme as condições de produção do discurso.

O rádio, que funciona como empresa inserida no conjunto dos meios de produção capitalista, age dentro de limites que são impostos por fatores diversos, fazendo com que a cobertura dos movimentos dos trabalhadores se dê marcada por contradições mas de um modo geral influenciada pelas determinações do funcionamento típico de empresas criadas e mantidas no âmbito das relações de produção dependentes da estrutura político-econômica vigente. Daí, estudos de mídia sobre cobertura<sup>10</sup> de greves, de um modo geral, demonstrarem que trabalhadores em greve têm limitações diversas

---

<sup>10</sup> Conjunto de ações que começam com o planejamento (pauta) e se conclui com a publicação sobre um determinado fato na mídia.



para divulgação dos seus movimentos, pelo menos nos termos que lhes sejam favoráveis.

Segundo Oliveira (1995) o fato de a greve ser uma espécie de espaço revolucionário, ainda que momentâneo, já que subverte a ordem capitalista, leva a mídia e outras instâncias de poder a agir combatendo com muito rigor essas formas de luta dos trabalhadores.

As ações da mídia contra as greves não tem regras fixas. Tudo depende da força política e do impacto econômico de cada greve e do momento histórico.

O corpus que analisado incluiu notícias de rádio sobre greves em diversas situações: greve prevista, indicativo de greve, paralisação por tempo determinado e uma grande greve, a dos motoristas dos ônibus de Fortaleza, ocorrida em 2001, no mês de maio.

A enunciação da greve num programa de rádio AM de Fortaleza evidenciou uma pluralidade de pontos de vista mobilizada nas notícias, mas com uma ação do locutor-jornalista administrando as vozes convocadas para o diálogo/conflito discursivo.

Nas várias situações de enunciação, verifica-se o embate entre locutores e enunciadores que interagem no discurso, dando direção ao sentido, buscando levar o ouvinte a uma tomada de posição diante dos fatos. Quase sempre a greve é assimilada a sentidos negativos.

Para tanto, o locutor-jornalista, quase sempre trabalha na impessoalidade, já que na maior parte dos enunciados dá um tratamento narrativizado aos fatos. No entanto, conforme a dimensão do conflito, o locutor vai pondo em jogo vozes, para discordar ou para se apoiar e esses movimentos são construídos a partir das estratégias de discurso relatado que acabamos de analisar: discurso indireto, direto, modalização em discurso segundo, marcas através das quais identificamos a polifonia, dialogismo, argumentação e os efeitos de objetividade e de imparcialidade da notícia radiofônica.

O jornalismo concretiza-se como fato de linguagem e, por isso, cada notícia é sempre um vir a ser, sentidos a se constituírem em práticas discursivas. A *expressividade* passa a ser, não produto da inspiração de um locutor, mas resultado de um processo contextualizado na realidade e relacionado com o gênero do discurso. É, pois, na *interação verbal* realizada na complexidade da *interação social* que a expressividade se constitui, fazendo da palavra, signo ideológico, aglomerado de enunciados, de vozes interagindo numa polifonia radiofônica constitutiva da notícia radiofônica.

## Referências bibliográficas

- ABRAMOWICZ, Betty Schifnagel. *O que todo cidadão precisa saber sobre greves*. São Paulo: Global, 1985.
- ABREU, Aleteia Patrícia Pires. *Greve dos Petroleiros: algumas estratégias discursivas utilizadas nas notícias e editoriais do jornal O Povo*. Fortaleza: UFC, 1997. Monografia (Curso de Graduação em Comunicação Social), Universidade Federal do Ceará, 1997.



- ANJOS, Netília dos. A questão agrária na grande imprensa na campanha eleitoral de 1994. *Investigações Lingüísticas e Teoria Literária*. Recife: UFPE. Vol. 7, setembro de 1997.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras Incertas. As não-coincidências do dizer*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1998.
- \_\_\_\_\_. Heterogeneidade(s) enunciativas(s). *Cad. Est. Ling.*, Campinas, (19): 25-42, jul./dez 1990.
- BAKHTIN, Mikhail (Voloschinov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Provar e dizer: linguagem e lógica*. Col. M.C. Barbault e J. Depresle, São Paulo: Global, 1981.
- FAUSTO NETO, Antônio. A Sentença dos Media: O Discurso Antecipatório do Impeachment de Collor. *Brasil Comunicação, Cultura & Política*. (org.) Antônio Fausto Neto; José Luiz Braga; Sérgio Dayrell Porto. Rio de Janeiro: COMPÓS, Diadorim, 1994.
- LIMA, R. Nonato de. *Dialogismo, polifonia e argumentação: efeitos de objetividade/imparcialidade na notícia radiofônica*. Dissertação de Mestrado defendida pelo autor em agosto de 2002, no Programa de Pós-Graduação em Lingüística da UFC.
- MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em análise de discurso*. Campinas: Pontes./ed. Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MELO, Sandra Helena Dias. *Estilo e neutralidade no texto noticioso jornalístico*. Recife: UFPE, 2000. Dissertação (Mestrado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- OLIVEIRA, Dennis. A Classe Operária como minoria: Análise do Discurso do Sindicato dos Químicos de Guarulhos. *Impasse da comunicação sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens*. Ferreira, Maria Nazaré, (org.). São Paulo: CEBELA, 1995.
- PARADA, Marcelo. *Rádio: 24 horas de jornalismo*. São Paulo: Panda, 2000.
- PORCHAT, Maria Elisa. *Manual de Radiojornalismo (Jovem Pan)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PRADO, Emílio. *Estrutura da informação radiofônica*. São Paulo: Summus, 1989.
- ROBERT, McLeish. *Produção de Rádio: um guia abrangente da produção radiofônica*. São Paulo: Summus, 2001.



SÁ, Antonio Álvaro Barbosa. *Jornal Nacional: ideologia e Discurso. Brasil, Comunicação, Cultura e Política*. Fausto Neto, Antonio; Braga, José Luís; Porto, Sérgio Dayrell, Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

TRAQUINAS, Nelson. (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Comunicação e Imagens. Lisboa: Vega, 1999.